

DF terá novo sistema médico

O Distrito Federal vai contar ainda este ano com um sistema integrado de atendimento médico-hospitalar envolvendo o Hospital Sarah Kubitschek, o Inamps, a Fundação Hospitalar e os quatro hospitais militares da cidade. A proposta de integração, que vem sendo elaborada por um grupo de trabalho com representantes dos Ministérios da Saúde, Previdência Social e Educação, Superintendência Regional do Inamps, Secretaria de Saúde e dos hospitais militares, deverá ficar pronta no próximo dia 12 e será levada à apreciação do governador José Aparecido.

“A idéia é traçar um novo plano de saúde para a cidade”, afirma o secretário de Saúde, Alberto Barbosa que vem participando das reuniões do grupo de trabalho. Ele explica que o projeto visa racionalizar os serviços de saúde de forma a melhorar o atendimento à população e reduzir os custos do sistema, hoje bastante onerosos. - 3 ABR 1986

No sistema integrado qualquer cidadão poderá utilizar indiscriminadamente todos os órgãos conveniados. A partir de então, as pessoas que não sejam seguras da Previdência, por exemplo, poderão se utilizar da rede do Inamps, assim como os hospitais militares. Os recursos humanos e o materiais que estiverem ociosos em determinada unidade hospitalar poderão ser remanejado para outras áreas mais necessitadas. Além disso os médicos que trabalham em duas instituições diferentes — Inamps e Fundação, por exemplo — poderão ficar em

apenas uma delas facilitando o trabalho das entidades estatais.

Um dos pressupostos básicos com que o grupo vem trabalhando é a racionalização do sistema a partir da hierarquização dos hospitais. Ou seja, cada órgão passaria a ser responsável por um tipo específico de atendimento de acordo com suas possibilidades. No Hospital Sarah Kubitschek, por exemplo, seria centralizado todo o atendimento terciário na área de ortopedia, já que possui equipamento e pessoal necessários para tanto. Dessa forma, seria evitada a duplicação de atendimento em áreas de maior especialização em unidades hospitalares diferentes.

Alberto Barbosa informou que dentro dessa proposta a Secretaria de Saúde passaria a gerenciar tanto a parte administrativa quanto a financeira do sistema. Até agora somente o Inamps concordou em repassar suas verbas para serem gerenciadas pela Secretaria. Ainda serão necessárias mais negociações para que os hospitais militares e a Fundação das Pioneiras Sociais, responsável pelo Hospital Sarah Kubitschek, concordem com a proposta.

O Secretário de Saúde acredita que a partir da integração o atendimento médico-hospitalar da cidade, que ele classifica como “amplo, mas pouco eficaz”, tende a melhorar. Segundo suas previsões, os Centros de Saúde serão dinamizados com a diminuição do fluxo de pacientes e a viabilização de farmácias com bons estoques. Ele acredita ainda que poderá ser aperfeiçoada a forma-

ção dos profissionais que chegam à rede hospitalar a partir da participação da universidade no sistema.

Na verdade, a proposta de integração, do atendimento da saúde no Distrito Federal não é uma idéia nova. Ela vem sendo desenvolvida no restante do País a partir da implantação das Ações Integradas de Saúde (AIS) pelos órgãos do Governo Federal. De acordo com essa proposta, os serviços de saúde federais, estaduais e municipais devem ser integrados para possibilitar o atendimento total à população. “Nós partimos do pressuposto de que toda população tem direito à assistência de saúde, independentemente de ser segurado da Previdência”, afirma Mourad Belaciono, coordenador da Secretaria Técnica da Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação (Cipan), o órgão encarregado de definir as diretrizes de política de saúde para todo o País. Ele lembra que hoje a implantação das AIS é a política oficial de saúde do Governo da Nova República e vem sendo gradativamente espalhadas pelos Estados e Municípios.

A seu ver, Brasília tem hoje as condições ideais para que a integração do sistema venha funcionar: possui uma rede ambulatorial grande e cerca de 75 por cento dos 5 mil leitos hospitalares pertencem à rede pública. “Aqui, o que se precisa é de uma reorganização dos serviços”, afirma Mourad. Lembrou que nos Estados mais carentes o grande problema é a inexistência de uma rede mínima de atendimento.